

GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA DO SUS

Jamyle Guedes da Costa¹; Fernanda Araújo Trindade¹; Josielle Silva Magalhães¹; Natália Barros Menezes Cabral¹; Marcelo Mendes²

¹Acadêmica de Enfermagem; ²Doutor em Enfermagem

jamyle.guedes-c@hotmail.com

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Introdução: O seguinte artigo aborda a Política de Gestão Estratégica e Participativa do SUS, que se constitui em um conjunto de ações criadas com o propósito de promover maior participação popular dentro da política de gestão do Sistema Único de Saúde, a fim de garantir autonomia no que tange ao seu direito de acesso à saúde, concretizando os princípios e diretrizes do Sistema, visto ser este um projeto democrático. Ressalta a criação e a importância da Secretaria Gestão Estratégica e Participativa (SGEP), seu contexto histórico, seus princípios e diretrizes e seus componentes, como: controle social, ouvidoria, auditoria, monitoramento e avaliação do SUS destacando também a importância da educação em saúde.

Objetivos: O artigo tem como objetivo acompanhar a evolução das produções científicas realizadas no período de 2009 a 2013 sobre o que se sabe a respeito da Gestão Estratégica e Participativa do SUS e, seus componentes. **Métodos:** Trata-se de pesquisa bibliográfica documental de caráter qualitativo, e expositivo. O estudo inicia-se com o levantamento bibliográfico para o referencial teórico, tendo como contribuição o manual, BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS - ParticipaSUS – 2. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2009. Em seguida realizou-se a escolha dos descritores, que são: “Gestão estratégica e participativa do SUS”, “Controle social”, “Ouvidoria”, “Auditoria”, “Monitoramento e avaliação do SUS” e “Educação em saúde”. Com isso foram selecionados artigos tendo como fontes de busca as seguintes bases de dados: LILACS e SciELO . Para cada descritor delimitou-se a escolha de cinco artigos que foram acessados em Maio de 2014 e, assim os mesmos descritores foram agrupados em categorias. Como método de inclusão: textos elaborados no período de 2009 à 2013, em português, completos. Como fator excludente, textos não relacionados ao assunto, de línguas estrangeiras, incompletos e em desacordo com os objetivos almejados. Foram selecionados 22 artigos referentes ao assunto proposto a partir da utilização dos descritores. **Resultado/Discussão:** Durante a análise dos resultados observou-se uma discrepância entre as categorias estudadas, visto que algumas obtiveram uma grande quantidade de artigos produzidos, como nas categorias Controle social, Avaliação e monitoramento do SUS e Educação em saúde, porém outras categorias não foram bem contempladas, como as categorias Auditoria e Ouvidoria, de maneira que a meta de se avaliar cinco artigos em cada componente não foi alcançada. Dentro das discussões observaram-se críticas na aplicabilidade e funcionamento da gestão. No que se refere a controle social, os debates relacionados ao mesmo são relevantes por contribuir para a reflexão dos Conselheiros quanto à importância de tomarem decisões condizentes com o bem estar e a saúde da população e por demonstrar que a partir da participação popular podem ocorrer mudanças. Entretanto ficou clara a percepção das dificuldades enfrentadas pelos presidentes e representantes dos conselhos na atuação efetiva nas políticas públicas dos municípios. Pois os questionamentos levantados nas conferências são vistos com pouca importância ou até nenhuma. Tendo em vista que pouco se consegue mudar dentro do poder político. Em relação à Ouvidoria do SUS verifica-se que ela se constitui em um importante instrumento de participação popular na gestão das políticas públicas de saúde. Contudo, a produção científica ainda é insuficiente. Dos artigos selecionados abordando a Ouvidoria do SUS, apenas um relata o funcionamento da ouvidoria, considerando a opinião dos usuários e dos funcionários do serviço de saúde de uma instituição geriátrica. A partir do artigo

analisado constatou-se que muitos usuários encontram-se insatisfeitos com os serviços. Observou-se quanto á produção científica acerca de auditoria que no período determinado, ocorreram poucas pesquisas. Apenas dois artigos abordando o tema atenderam aos critérios estabelecidos, demonstrando, dessa forma, a necessidade de se realizar pesquisas referentes ao assunto, pois as pesquisas efetivadas atualmente não enfocam na auditoria do Sistema Único de Saúde, mas em serviços de saúde específicos. Sobre monitoramento identificou-se a necessidade de se conhecer o processo de monitoramento na gestão do SUS. Relativo á Avaliação do SUS três artigos foram selecionados retratando a origem da SGEP, os fatores que levaram a sua criação, bem como a importância e necessidade que se fez de realizar o monitoramento e avaliação dos serviços prestados pelo SUS. Sobre as pesquisas em educação em saúde observa-se que a mesma é um importante dispositivo de apoio ao Controle Social, e com este componente sempre está relacionado, de modo que os dois devem estar juntos verificando-se que um necessita do outro para atuar verdadeiramente. **Conclusão:** Houve muitas mudanças na Gestão Estratégica e participativa e novas ferramentas de participação popular surgiram para garantir aos usuários maior controle social, bem como, melhor qualidade nos serviços prestados. Constatou-se que o cumprimento das atribuições individuais de cada setor componente desta gestão se torna necessário para melhoria dos serviços oferecidos, sendo que não há um único protagonista neste cenário e que um fornece subsídios para o outro na tomada de decisões. Observou-se críticas quanto á implementação da Gestão participativa, e que há a necessidade de divulgação além do meio científico, ressaltando a educação em saúde como forma de mobilizar a população e desta forma, tornar a participação popular mais efetiva.

Referências:

ALBUQUERQUE, P. C. **A Educação Popular em Saúde no município de Recife-PE: em Busca da Integralidade.** Saúde Soc. São Paulo, v.21, supl.1, p.223-233, 2012.

ALENCAR, H.H.R. **Educação Permanente no Âmbito do Controle Social no SUS: a experiência de Porto Alegre – RS, vol.21n. suppl.1, Sistema Integrado de bibliotecas- Universidade de São Paulo, 2012.**

BENELLI, S.J.; ROSA, A. C. **CONSELHOS MUNICIPAIS: PRÁTICA E IMPASSES NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO.** V. 17, n. 4. Psicologia em Estudo, Maringá: out./dez. 2012, p. 577-586.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Gestão Hospitalar: Capacitação a Distância em Administração Hospitalar para Pequenos e Médios Estabelecimentos de Saúde: Módulo I: Os Sistemas de Saúde e as Organizações Assistenciais.** Brasília. Ministério da Saúde. V. 1, p. 54-56, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Conselhos de saúde: a responsabilidade do controle social democrático do SUS.** 2. ed. - Brasília. Ministério da Saúde. 2013.